



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM
GABINETE DA PREFEITA

PROJETO DE LEI Nº 50/GAB-PREF/2024

AUTORIZA O MUNICÍPIO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE RONDÔNIA POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA-SEJUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições e prerrogativas contidas no artigo 58 da Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER**, que a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUAJARÁ-MIRIM/RO**, aprovou e ela sanciona o seguinte:

LEI

Art. 1º Fica autorizado o Município a celebrar convênio ou instrumento congênere com o Estado de Rondônia por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS, com interveniência do Fundo Penitenciário Estadual - FUPEN para a contratação de até 50 (cinqüenta) apenados pelo regime de produção, empreitada ou outra modalidade de recrutamento de mão de obra.

Art. 2º O convênio de que trata o artigo 1º desta Lei terá por objetivo o emprego pelo Município da mão de obra dos apenados que estejam em cumprimento de pena no regime fechado, semiaberto ou aberto e do reeducando egresso do Sistema Penitenciário Estadual.

§ 1º Os apenados de que tratam o caput deste artigo poderão prestar serviços de construção, de limpeza, de pintura, de carpintaria, de marcenaria, de reparo, de manutenção de instalações elétricas e hidráulicas, de reformas, de varrição, de conservação das vias e de logradouros públicos, de capinagem, de roçagem, de jardinagem, de fabricação de manilhas, de bloquetes e de artefatos de concretos, de manutenção em obras públicas e de serviços gerais.

§ 2º O regime de absorção da mão de obra e o quantitativo de apenados por atividade será estabelecido no termo de convênio firmado com o Estado de Rondônia, observando a necessidade e a capacidade dos convenientes.

Art. 3º Deverá contar do convênio de que trata o artigo 1º desta Lei as seguintes obrigações:

I- o repasse pelo Município do valor de 01 (um) salário mínimo ao Estado de Rondônia, através do FUPEN por cada apenado recrutado;

II- a responsabilidade da SEJUS, através do FUPEN de efetuar o pagamento dos valores devidos aos apenados conforme o disposto na legislação estadual e nas normas regulamentadoras expedida pelo Juízo Criminal da Vara de Execução Penal da Comarca.

§ 1º No mínimo 3/4 (três quartos) do valor repassado pelo Município ao FUPEN por cada apenado será destinado ao pagamento dos serviços prestados por ele.

§ 2º Poderá ser deduzido até 25% (vinte e cinco) por cento do valor repassado pelo Município ao FUPEN por cada apenado para utilização em seu proveito e benefício pela SEJUS.

Art. 4º Fica autorizado o pagamento de diárias pelo Município aos agentes honoríficos que atuarem na segurança e no acompanhamento dos apenados do regime fechado durante a realização dos serviços pactuados no convênio de que trata o artigo 1º desta Lei, observadas as seguintes disposições:

I - disponibilização de até dois agentes 2 (dois) para a cada 08 (oito) apenados considerando o período a ser computado como suficiente para ensejar o pagamento da diária de que trata o caput deste artigo;

II - atuação dos agentes em horário de folga respeitada a jornada máxima de 8 (oito) horas diárias, com intervalo de no máximo 2 (duas) horas e/ou horário corrido de 6 (seis) horas.

§1º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se agente honorífico as pessoas que possuam vínculo estatutário com o Estado de Rondônia e que prestem serviços em casas de detenção, penitenciárias e demais órgãos de segurança pública.

§2º O valor da diária a ser pago aos agentes de segurança pública será fixado por Decreto a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

§3º A escala dos agentes para prestação dos serviços será fornecida pela direção do presídio, casa de detenção ou penitenciária e o pagamento será realizado diretamente na conta do servidor, a ser fornecida pelo órgão competente vinculada à SEJUS.

§4º Os apenados e os agentes honoríficos indicados pela SEJUS, para prestação dos serviços, não terão qualquer vínculo empregatício com o Município.

Art. 5º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Pérola do Mamoré, 05 de junho de 2024.

MARINICE GRANEMANN
Prefeita Municipal

Av. XV de novembro, 930 Centro Telefone: (69) 3541-3583 - chefiagabinete.gm@hotmail.com
guajaramirim.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARINICE GRANEMANN, Prefeito(A)**, em 06/06/2024 às 07:25, horário de Guajara Mirim/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 12.656 de 20/03/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.guajaramirim.ro.gov.br, informando o ID **460099** e o código verificador **D41ACCB6**.

Documentos Relacionados

Seq.	Documento	Data	ID
1	OFICIO 33	05/06/2024	460088

Referência: [Processo nº 57-75/2024](#).

Docto ID: 460099 v1